

CEDSIF conta com cerca de 64 estagiários profissionais

O CEDSIF conta desde o passado dia 5 de Fevereiro, com cerca de 64 novos ingressos para estagiários profissionais, sendo 20 afectos às Províncias e 44 para sua sede em Maputo.

A admissão destes Técnicos resulta de um processo de candidatura que iniciou com a apreciação dos currículos de cerca de 637 candidatos, tendo-se apurados trezentos e trinta e cinco (335) que passaram para a fase de pro-

va escrita e, destes, só cerca de cento e quarenta e dois (142) passaram pelas entrevistas, de que se apuraram os sessenta e quatro submetidos ao estágio.

Por razões de vária ordem, apenas sessenta e um (61) compareceram a beneficiar do estágio, que teve acompanhamento técnico para permitir o processo de aprendizagem sobre o SISTAFE em cerca de três (3) meses. Numa primeira fase, os

sessenta e quatro (64) estagiários beneficiaram de uma capacitação sobre o SISTAFE. Refira-se que a medida de alocar os 20 Técnicos às províncias resulta da necessidade de garantir assistência técnica às unidades com pontos do e-SISTAFE nas suas províncias de afectação e, no geral, para garantir maior celeridade nos processos de Reforma em curso no País para impulsionamento da melhoria da gestão das Finanças Públicas.

Governo avalia Implementação do PES 2012 na Província de Inhambane

Uma comitiva do Governo liderada pelo Ministro das Finanças Manuel Chang, coadjuvado pela Ministra da Acção Social, escalou a Província de Inhambane entre 27 de Fevereiro e 2 de Março para avaliar a implementação do Plano Económico e Social (PES) naquela Província. Integravam ainda a referida comitiva, os Vice-Ministros do Interior, José Mandra e da

Energia, Jaime Himede.

Recorde-se que o PES 2012, na área da mulher e acção social, enfatiza o âmbito da protecção social, um programa que visa o desenvolvimento do sistema de segurança social que passe pelo aumento do número de contribuintes e beneficiários inscritos e por acções de divulgação do sistema de segurança social em Moçambique, provendo um conjunto

de transferências monetárias e serviços com vista a assegurar assistência aos grupos da população em situação de pobreza absoluta e sem capacidade para o trabalho e, na área das Finanças, enfatiza a questão do crescimento económico, contenção da inflação, incremento exportações, e reservas internacionais líquidas, e do melhor desempenho das Finanças Públicas, produção de bens e prestação de serviços públicos.

Municípios na concepção de um Sistema Informático de Gestão Municipal (SGM)

Por: Janeth Hamela

Os Municípios do País estão envolvidos na concepção de um Sistema Informático de Gestão Municipal. Para o efeito, o Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF), representado pelo seu Director Geral, Augusto Sumburane, o Ministério da Administração Estatal (MAE), representado pelo Secretário Permanente, Higino Longomane, e a Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM), representada pelo Presidente do seu Conselho Directivo, Manuel Cambezo procederam recentemente à assinatura de um Memorando de Entendimento (MdE) que define as regras básicas de orientação do processo de concepção, desenvolvimento e implementação do Sistema Informático de Gestão Municipal. Trata-se de modernização da gestão dos serviços do actual Sistema de Gestão Municipal,

visando-se, numa primeira fase a elaboração do Modelo Conceptual, que se prevê ocorrer em cerca de quatro (4) meses, tarefa que cabe à equipa do CEDSIF realizar, para além da coordenação da elaboração do Modelo de Negócio e respectiva implementação e da Elaboração de Relatórios sobre o grau de cumprimento dos objectivos e resultados no âmbito do Projecto, entre outros.

O trabalho será levado a cabo por uma equipa do CEDSIF, que entretanto contará com a colaboração de Técnicos do Ministério da Administração Estatal e da Associação Nacional dos Municípios moçambicanos, a quem cabe apoiar a elaboração de manuais do SGM e devem participar no processo de avaliação do grau de cumprimento dos objectivos e resultados traçados no âmbito da concepção do Projecto. Assim, espera-se com este projecto, que, com os instrumentos dele resultantes,

se possa tornar mais fiável e seguro o processo de gestão dos recursos financeiros e patrimoniais nos Municípios e melhorar o mecanismo de planificação, elaboração e prestação de contas a nível dos Municípios.

Este processo vem também responder a um desafio imposto pela Lei do SISTAFE Nº 3 do seu artigo 2, que preconiza a modernização da legislação e modelos de gestão mais adequados ás necessidades actuais de administração do erário público, que se estende até aos Municípios.

Missão do FMI avaliou as reformas de Gestão das Finanças Públicas de 03 a 16 de Abril de 2013

A Missão do Fundo Monetário Internacional de Gestão de Finanças Públicas, visitou o País, nos dias 03 a 16 de Abril de 2013.

Durante a sua estadia no País, a Missão reuniu com várias Instituições. No Ministério das Finanças, avaliou a situação geral da Matriz de Recomendações da Missão anterior, no que diz respeito às acções de Reforma em curso ou em vista; avaliou o estágio da Reforma, a reestruturação do CEDSIF, a estruturas tecnológica, o seguimento e actualização das recomendações da Missão de 2012, desafios e perspectivas da Reforma. Para além das Direcções Nacionais do Tesouro, Contabilidade Pública, Orçamento, Património do Estado e da Província Social, a Missão reuniu-se ainda com o Instituto de Gestão das Participações do Estado, Autoridade Tributária e Inspecção Geral de Finanças para aferir o ponto de situação das recomendações da Missão de 2012 e os desafios e perspectivas para 2013. No Ministério da Planificação e Desenvolvimento a Missão abordou a definição das metas a médio e longo prazos, a elaboração do PARP, PES, o programa de descentralização da gestão pública para as Províncias e

Autarquias Municipais, a coordenação entre os planos sectoriais e o plano nacional e a coordenação destes com o Orçamento Geral do Estado, a definição dos programas, metas e indicadores de desempenho. Avaliou ainda o seguimento e actualização do ponto de situação das recomendações da missão de 2012 e os desafios e perspectivas do MPD para 2013.

Esta missão escalou também o Ministério da Administração Estatal com o objectivo de fortalecer o processo de descentralização, clarificar o processo das responsabilidades e competências dos órgãos locais do Estado e Autarquias; avaliar os riscos do processo de descentralização e mecanismos de coordenação.

No Ministério da Mulher e Acção Social, a missão avaliou a execução orçamental e financeira, integração e uso do e-SISTAFE, preparação de planos sectoriais de médio e longo prazos e a vinculação com os planos nacionais e orçamento, seguimento das metas físicas e financeiras, definição de programas, metas e indicadores de desempenho, uso da Conta Única do Tesouro e outras contas bancárias, integração dos recursos próprios no orçamento, uso de outros sistemas para gerar informação financeira, nível de adequação do e-SISTAFE às necessidades do Ministério bem como sobre outros relatórios financeiros e orçamentais produzidos. O Ministério das Obras Públicas e Habitação foi também

uma das instituições que recebeu a Missão, no âmbito da Gestão de Finanças Públicas e avaliou a execução orçamental e financeira, a integração e uso do e-SISTAFE, a preparação de planos sectoriais a médio e longo prazos e sua vinculação com os planos nacionais e Orçamento, a definição de programas, metas e indicadores de desempenho, uso da Conta Única do Tesouro e outras contas bancárias, a integração dos recursos próprios no Orçamento, uso de outros sistemas para gerar informações financeiras, nível de adequação do e-SISTAFE às necessidades do Ministério e outros relatórios financeiros e orçamentais produzidos. A agenda da Missão incluiu um encontro com os doadores para uma abordagem sobre a visão panorâmica da situação das reformas da gestão pública, andamento das actividades planeadas, projectos de apoio à reforma da gestão pública e auscultação das preocupações específicas quanto ao ritmo de implementação das reformas, e reuniu com o Representante Residente do FMI em Moçambique com vista a informar-se sobre o panorama das reformas da gestão pública, o ritmo de implementação das recomendações e coordenação das assistências técnicas com os doadores.

Contabilidade Pública acolhe Seminário de apresentação do Plano de Implementação para Adopção das NICs-SP

Por: Euclides Matavata

A reforma da contabilidade pública passa pela adopção de um quadro normativo e operacional do processo de conversão e convergência da contabilidade pública, do actual regime misto para o regime patrimonial ou do acréscimo utilizando as Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público.

No prosseguimento do processo de aprofundamento de conhecimentos sobre a Contabilidade Pública Patrimonial por Comprimentos, baseada nas Normas

Internacionais de Contabilidade para Sector Público (NICs-SP), o CEDSIF em coordenação com a Direcção Nacional da Contabilidade Pública (DNCP), realizou no passado dia 15 de Fevereiro de 2013, na Cidade da Matola, um Seminário para apreciação do plano de implementação

do Plano de Acção para a introdução e implementação da reforma da Contabilidade Pública Patrimonial no País.

O evento contou com a presença de quadros provenientes do



De pé o Director Geral do CEDSIF, Dr Augusto Sumburane na sessão de abertura



Participantes atentos a apresentação do Plano de Implementação das NICs-SP

Finanças da Inspecção Geral de Jogos, entre outros convidados. A sessão de abertura foi presidida pelo Director Geral do CEDSIF, Dr. Augusto Sumburane que também agradeceu a presença dos participantes no evento. Os consultores da Ernest &

Ministério do Planificação e Desenvolvimento, Instituto Nacional de Estatística, Maputo Sul, Tribunal Administrativo, Ministério das

Young fizeram as apresentações, tendo primeiro apresentado o plano de implementação do Plano de Acção para adopção das NICs-SP, para contextualização do encontro, ao que se seguiu o plano e cronograma de implementação do referido Plano de Acção.

Foi ainda tema do dia “a implementação da Contabilidade Pública, os desafios e aspectos

críticos” um tema que suscitou grande debate para percepção, pelos participantes, dos contornos que nortearão a viragem para a nova fase da Contabilidade Pública e, por último, procedeu-se a uma análise sumária das NICs-SP actualmente em vigor.

Contabilidade Pública Nacional acolhe Seminário de apresentação do Plano de Implementação para adopção das NIC-SP(2)

Por: Euclides Matavata

(cont. da pág 5)

O orador do tema disse na ocasião que a reforma da Contabilidade Pública passa pela adopção de um quadro normativo e operacional do processo de conversão e convergência da contabilidade pública do actual regime misto para o regime patrimonial ou de acréscimos utilizando as Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (NICs-SP ou IPSAS) em ingles adaptadas à realidade de Moçambique e com horizonte temporal de cerca de 14 meses.

Indicou ainda que o objecto número um desse trabalho é a elaboração de um plano de acção com o propósito de alinhar a contabilidade pública de Moçambique aos padrões internacionalmente aceites, por via da adopção da contabilidade patrimonial por compromissos e especialização de exercícios e de apuramento de resulta-



dos, mediante a conversão e convergência às NICs-SP, seguindo-se a sua implementação, tendo os oradores frisado ser importante tomar em conta a visão estratégica global da condução de todo o processo envol-



vendo a iniciativa dos actores principais do projecto, nomeadamente a Direcção Nacional de Contabilidade Pública, o CEDSIF e a necessidade de realização de consultas de auscultação. O orador, dissertando ainda sobre a visão estratégica global, sali-

entou que também está sendo levada em consideração a documentação e instrumentos de base, nomeadamente, o SISTAFE, e-SISTAFE, manuais, legislação e documentação com-

plementar existente, a Visão das Finanças Públicas 2011-2025 e os relatórios do FMI, entre outros.

A última parte do Seminário, ficou reservada à discussão sobre as normas, dúvidas gerais e esclarecimentos sobre o tema.

No discurso de encerramento, o Director Geral do CEDSIF deixou patente que a Implementação da Contabilidade Pública no País, é um desafio que inevitavelmente se impõe a área das Finanças Públicas para todo o País com vista a poder-se padronizá-la de acordo com exigências e produções de nível e internacional.

Classificador Económico da Despesa revisto para se adequar à entrada em produção do Módulo de Gestão do Património do Estado (MPE)

Por: Vitor Palácios

Nos trabalhos em curso no exercício de 2012 a cargo do CEDSIF, integrados na reforma levada a efeito no âmbito do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), merece particular destaque o Módulo de Gestão do Património do Estado (MPE), que se insere na concepção e desenvolvimento do Subsistema do Património do Estado (SPE).

Ao longo dos trabalhos em curso retro mencionados, foi observado que um dos Classificadores Orçamentais directamente relacionado, com o MPE era, nomeadamente, o Classificador Económico da Despesa (CED), que não atendia às necessidades técnicas requeridas e, consequentemente, deveria ser revisto.

Como se depreende da análise do Regulamento do SISTAFE, aprovado pelo Decreto n.º 23/2004, de 20 de Agosto, os Classificadores Orçamentais, na qualidade de instrumentos utilizados na execução das actividades referentes aos diversos macro-processos, de gestão das finanças públicas têm uma importância capital visto que é por seu intermédio que as informações do Orçamento do Estado (OE) são qualificadas, permitindo que o registo contabilístico dos actos e factos da gestão financeira e patrimonial

possua a precisão e transparência requeridas.

Neste contexto, a importância do CED para o desenvolvimento do SPE/MPE é de fácil caracterização, considerando-se que diz respeito directamente a um dos pilares da gestão patrimonial, nomeadamente a classificação patrimonial, realizada a partir da correcta identificação da natureza da despesa.

Não obstante a importância do mencionado Classificador, é pertinente enfatizar que o CED, apesar de ter sido originalmente concebido já no âmbito do SISTAFE, tal se deu ainda na fase embrionária do SISTAFE em que era mais evidente a prevalência da visão do Tesouro, Orçamento e Contabilidade (TOC), subsistemas com os quais se iniciou a implementação do SISTAFE; por conseguinte, é natural que por ocasião do desenvolvimento do SPE/MPE, conforme previsto no correspondente Modelo Conceptual, ficasse caracterizada a necessidade de sua revisão, para permitir o melhor detalhe dos bens de consumo e de capital patrimoniais. Especificamente em relação ao processo da revisão do CED, as seguintes considerações técnicas e premissas foram observadas:

1. Realizou-se trabalho técnico minucioso, com a necessidade de envolvimento/participação de Técnicos de todas as Direcções Nacionais;
2. Não era recomendável que os trabalhos fossem restritos aos aspectos anteriormente relacionados; evidentemente, deveria ser aproveitada a oportunidade para se efectuar correções e aprimoramentos já identificados no dia-a-dia da execução orçamental;
3. Requeria-se o respeito da estrutura do Plano Básico de Contabilidade Pública (PBCP);
4. Para se evitar a ocorrência de conflitos na execução orçamental, era tecnicamente determinante que o CED proposto fosse utilizado na elaboração do Orçamento do Estado (OE) do exercício em que ele entrasse em vigor (no caso, OE 2013);
5. Não obstante a necessidade de salvaguardar-se algumas especificidades próprias do País, o novo CED deveria ser formulado em conformidade com os padrões internacionais de classificação utilizados actualmente; e; **(Cont. na pág 8)**

Classificador Económico da Despesa revisto para se adequar a entrada em produção do Módulo de Gestão do Património do Estado (MPE)

(cont. da pág. 8)

6. Para todas as desagregações propostas, se deveria considerar que o detalhe não fosse muito “pobre”, a ponto de demandar uma grande utilização da rubrica dos “outros”, nem muito “rico”, que possa provocar grande perda de tempo e de energia administrativa na busca de correcção de enquadramentos muito precisos, mas cuja informação pode não vir a ser posteriormente utilizada.

Fruto de grande esforço, os trabalhos de revisão foram concluídos de forma atempada, apresentando-se um novo CED, devidamente actualizado, aquando do processo de Encerramento Económico de 2012, passando a aplicar-se a partir de 1 de Janeiro de 2013.

Os detalhes técnicos inerentes ao novo CED e ao trabalho desenvolvido como um todo encontram-se consignados em Nota Técnica específica, disponível no SOM para consultas e estudo pelos interessados.

Autoridade Tributária ausulta o Sector Privado sobre o Projecto e-TRIBUTAÇÃO

Por:Esmeralda Francisco

Decorreu no dia 21 de Fevereiro, na cidade de Maputo, o primeiro seminário de auscultação ao Sector Privado, sobre o projecto e-Tributação, que juntou na mesma sala empresários filiados à Confederação das Actividades Económicas-CTA, implementadores do projecto - Autoridade Tributária de Moçambique-AT e

CEDSIF, parceiros de cooperação e outros convidados de diversas instituições públicas.

O encontro tinha por objectivo, dar a conhecer o projecto e receber contributos para a melhoria da sua implementação.

Na sessão de abertura, o vice presidente do CTA, Agostinho Vuma na sua intervenção parabenizou a iniciativa, mostrando satisfação pela parte da agremi-

ação empresarial que representa, enfatizando que o processo venha a simplificar os procedimentos para a declaração e pagamento dos impostos.

Referiu ainda que este processo

contextualização do projecto e disse que este, tem por objectivo desenvolver um sistema informático de gestão de cobrança de impostos internos, tendo em vista incrementar a

prestação de um serviço de qualidade para os contribuintes e para a colecta de receita ao Estado. Muenhe, referiu ainda, que a plataforma

informática do projecto está sendo elaborada com sucesso pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF), que é responsável pela gestão das tecnologias de informação, e pela gestão do Centro de Dados que alojará a aplicação do projecto e-Tributação.

(cont. na pág 10)



Painel principal do seminário

de modernização dos sistemas de pagamento de impostos que a AT vem implementando vai diminuir consideravelmente as preocupações do sector empresarial, e, por extensão, a redução das lamentações do sector.

A apresentação do projecto e-Tributação foi orientada pelo Gestor do projecto e-Tributação da parte da AT, Atumane Muenhe, que iniciou fazendo uma

Autoridade Tributária ausulta o Sector Privado sobre o Projecto e-TRIBUTAÇÃO (2)

(cont. da pág. 9)

Segundo explicou aquele Gestor, a aplicação do projecto e-Tributação está já a ser implementada no 1º e 2º Bairros Fiscais da cidade de Maputo e envolve a renovação e alteração do registo de NUTs de pessoas singulares e colectivas.

O gestor falou das vantagens do projecto, dizendo que o e-Tributacão irá reduzir de forma significativa ou até mesmo elimi-

nar o tempo que

os contribuintes levam para se deslocarem às unidades de cobranças e, administrativamente vai reduzir o uso do papel e a burocracia trazendo mais flexibilidade nas actividades da organização.

Os pequenos empresários, representados pelo Sr. Chissico, lamentaram o facto de o projecto se mostrar ser excluidor dos pequenos contribuintes da zona rural que não dispõem de

tecnologias de informação, para se integrarem nesta modernização.

Por outro lado, os empresários pediram aos implementadores do projecto para prestarem maior atenção à segurança das

da criação de centros tecnológicos, para que os que não têm acesso as TICs possam também ser abrangidos pelo projecto.

Intervindo no encerramento, o Presidente da Autoridade de Moçambique, Rosário Fernandes, agradeceu a presença e os contributos de todos para o sucesso do projecto e-Tributação justificando que, embora o projecto vá abranger todas as áreas fiscais do País, a escolha do 1º e 2º Bairros Fiscais

da cidade de Maputo

operações a realizarem-se no sistema informático, uma vez que, segundo Kekobade Patel, ninguém pode prever todos os aspectos críticos maléficos que podem vir a acontecer, daí que o sistema deve também ter "**Back ups**" necessários de modo a não falhar.

Entretanto, o Vice-presidente do CTA, Agostinho Vuma pediu que a AT leve em consideração todos os comentários para o melhoramento do processo, sobretudo, o

para o início da implementação deve-se ao facto de estas duas unidades de cobrança representarem 50% dos impostos internos no País.

Referiu ainda, que as acções de auscultação junto do Sector Privado irão decorrer um pouco por todas as regiões do País, estando para breve, a auscultação nas cidades da Beira e Nampula e espera-se que o índice de adopção do e-Tributação atinja os 70% até ao final de 2013.



Participantes do Seminário, vendo-se em destaque os técnicos do CEDSIF

Aumento de ciberataques e violações de dados preocupa investidores

Fonte: <http://computerworld.uol.com.br/seguranca/2013/03/01/aumento-de-ciberataques-e-violacoes-de-dados-preocupa-investidores/>

"Segundo uma pesquisa, 69% dos entrevistados dificilmente investiriam em uma empresa com histórico de uma ou mais violação de dados."

Violações de dados e ciberataques não são apenas preocupações dos consumidores - que já tiveram suas informações pessoais furtadas, ou de profissionais de segurança da informação paranóicos. Esse tipo de ataque também pode assustar investidores, de acordo com um estudo sobre atitudes de investidores com relação a cibersegurança, divulgado na segunda-feira (25/2).

Um estudo, realizado pela Zogby Analytics, mostra que cerca de dois terços (66%) dos investidores disseram que estão mais interessados em saber como as empresas lidam com os ataques, contra 25% que afirmaram estar mais preocupados com os ataques em si.

"Houve alguns casos de maior repercussão nos últimos dois anos em que as respostas não eram tão nítidas como a maioria das pessoas gostaria de ter visto", disse o vice-presidente sênior de estratégia cibernética

da Fairfax, Ken Silva, em uma entrevista.

"Foi um impacto muito negativo sobre o valor de mercado dessas empresas", disse ele. "Coisas desse tipo geraram um impacto significativo para os investidores e é uma das coisas que motivam suas preocupações".

As atitudes dos investidores em relação à segurança cibernética estão amadurecendo, de acordo com o CSO da HBGary, Jim Butterworth. "Os investidores querem ver mais abertura e transparência no processo de uma empresa, na resposta e até mesmo nos investimentos em segurança cibernética."

O estudo também mostrou que mais investidores estão mais preocupados com o roubo de informações de clientes que com a propriedade intelectual. Mais da metade dos entrevistados (57%) disse que estão mais preocupados com relação à violação de dados pessoais, comparados com 29% que afirmaram estar mais preocupados com relação a perdas de IP.

"Isso nos surpreendeu", admitiu Silva. "Você imagina que a perda de propriedade intelectual é a principal preocupação dos investidores."

"Isso provavelmente porque a ponta da responsabilidade pela perda de dados do consumidor é provavelmente maior e mais desconhecida que a da perda de propriedade intelectual", acrescentou.

O impacto é mais imediato, também. "Você pode ter milhões de consumidores que estão indignados com a perda dos dados", explicou Silva, "embora com a propriedade intelectual demore um pouco mais antes de ver as consequências disso."

Aprenda a se alimentar bem no dia-a-dia

Fonte: <http://physicalfitnessarticles.net>

Num mundo de evolução acelerada como o nosso, qualquer coisa que nos ofereça comodidade e conveniência a baixo custo, tem futuro garantido.

É por ir ao encontro destas nossas «necessidades», que a indústria “fast food” ou comida rápida se tem conseguido enraizar nas nossas vidas.

Peritos em Saúde Pública denunciaram há já algum tempo, a existência de problemas associados à chamada “comida de conveniência”, devido à sua composição à base de ingredientes pouco saudáveis.

No documentário "Super Size Me", Morgan Spurlock, o realizador, vai numa cruzada para apurar a veracidade destes argumentos. A viagem levou-o a atravessar os EUA, à procura dos factos, colocando também o seu próprio corpo à prova, alimentando-se apenas no McDonald's, durante um mês, com apenas três regras:

- 1- Sem opções: tinha que comer o que estava disponível,
- 2- Não podia comer o menu grande, excepto se oferecido,
- 3- Tinha que comer todos os itens do menu pelo menos uma vez.

Antes de iniciar a viagem, fez inúmeros exames médicos, que o declararam em perfeita saúde.

No entanto, durante a sua cruzada, o seu estado de saúde foi-se alterando, drasticamente, e Spurlock começou a sentir dores no peito e dificuldades em respirar.

Começou também a entrar em depressão, sofrer de insónias e com tremores. O seu fígado deixou de funcionar e o médico implorou-lhe que parasse. Estava no dia 20. Mas ele persistiu e acabou com 12 quilos a mais e bem mais pobre.

O que se passou com a comida para provocar este efeito?

A fast food é chamada de conveniente, porque, para nós, é exactamente isso: conveniente para nós. Mas também o é para o fabricante, e esta conveniência provém da produção em massa e barata dos ingredientes.

O valor nutricional do produto é sacrificado em detrimento desta conveniência. Para devolver todos os sabores perdidos durante o processamento dos ingredientes, são adicionadas grandes quantidades de açúcares, gorduras e sal, para que nos proporcionem as sensações adequadas.

Contudo, sabe-se que, quando em excesso, estes ingredientes provocam consequências, como:

- As gorduras usadas neste tipo de produtos, as chamadas gorduras saturadas, aumentam os níveis de colesterol, provocando coágulos nas artérias e aumentando o risco de doenças coronárias.

- O excesso de açúcares na “comida de plástico” é motivo de grande preocupação. Não só pelo reconhecido impacto na saúde dentária, mas também pela sua ligação directa à obesidade, às doenças cardíacas e até ao cancro.

- O sal em excesso é responsável em grande parte pelo aumento da pressão arterial e aumenta o risco de ataques cardíacos.

A experiência de Morgan Spurlock levou-o a uma exposição constante a grandes quantidades destas comidas de alto risco. E o facto das consequências potencialmente perigosas, num período tão curto de tempo, serem tão graves e óbvias, é um problema, ao qual devemos estar em alerta. Não é que não haja espaço nas nossas vidas para esta conveniência. Temos é de diminuir ao máximo a nossa dependência dela e passar a ver este tipo de comidas como uma alternativa a uma dieta normal.

Boas maneiras com Portadores de Cuidados Especiais

Fonte: <http://boas-maneiras.blogspot.com/>

A pessoa educada não se escandaliza com a deficiência nem evita os doentes, nem tem reacções de preconceito ou de dificuldade de relacionamento que visem evitar ou que acabem por constranger o deficiente.

É importante conhecer algumas normas de boas maneiras para ser sempre cortês na vida em sociedade. Os amigos de verdade e as pessoas educadas tomam a deficiência como natural, a aceitam e até encarnam-na de tal modo que a acolhem quem tem necessidade especial.

Pontos Práticos de Boas Maneiras com os Portadores de Necessidades Especiais:

1. Não faça perguntas embaraçosas.
2. Não pergunte nada sobre a deficiência.
3. Deixe que o deficiente comente o que quiser e só então fale sobre o assunto.

4. O deficiente deve evitar abordar o assunto de sua necessidade especial com pessoas que não lhe são próximas ou amigas de verdade. Suas necessidades especiais, bem como seus sentimentos em relação a ela não são assunto para domínio público. Saber viver com naturalidade a sua necessidade especial passa por não torná-la mais ostensiva ou impositiva aos outros.

5. Devemos todos agir com naturalidade frente a deficiência porque amamos o que Deus nos manda e sabemos que ela pode ser meio de redenção e de santificação dos demais.

6. Devemos ter sempre em consideração a pessoa.

7. A pessoa vem antes da deficiência, por isso dizemos pessoa com necessidades especiais e não pessoa deficiente porque, sendo pessoa, as suas necessidades, que todos temos, são especiais e, portanto, ela é pessoa antes de deficiente.

8. Antes de se dispôr a ajudar pergunte primeiro se a pessoa deseja ajuda e só então ajude seguindo rigorosamente e sem pressa as instruções recebidas. Seja paciente e deixe a pessoa com necessidades especiais andar e falar no seu ritmo.

9. Em restaurantes facilite o movimento da cadeira de rodas ou a condução para dentro do salão que você pode oferecer uma pequena descrição assim que entrem, mas não se ofereça para cortar seu bife. O deficiente deve pedir isso ao garçom.

10. À uma pessoa com necessidade especial ofereça sempre a mão, se for o caso de receber pela mão esquerda também é cumprimento. De um modo geral todos têm uma forma de retrair ao aperto de mão. Não seja você que não a oferece.



Um quarto pras 3 da manhã

A polícia decide montar uma operação STOP nocturna.

É mandado parar um condutor a quem lhe fazem o teste de álcool.

Quando obtém o resultado, o aparelho marcava 2,45 e diz o polícia:

E, muito aflito, responde o bêbado:

- Um quarto prás 3 da manhã?! A minha mulher vai-me matar!

CEDSIF

Av. Guerra Popular n^a 20 4^a andar
Tel: (+258) 21 30 53 70
Fax: (+258) 21 30 97 84.

Servicedesk:

servicedesk@sistafe.gov.mz
webmaster@sistafe.gov.mz

Finanças Públicas

As *Finanças Públicas* compreendem a globalidade de todos os processos e respectivas operações de planeamento e administração financeira do Estado que garantam a captação, mobilização, alocação, controlo e registo dos recursos públicos (internos e externos) e a sua aplicação em programas, actividades ou património de Instituições dos Sectores Público e Privativo do Estado, incluindo o respectivo controlo e prestação de contas, com vista à:

- Prossecução de fins de interesse público ou privativo do Estado;
- Satisfação de necessidades colectivas (immediatas e mediatas); e
- Promoção do crescimento económico inclusivo, em prol do desenvolvimento integrado local, nacional e regional.

Missão das Finanças Públicas

A *Missão das Finanças Públicas* é garantir a captação, mobilização, alocação, controlo e aplicação prudente, criteriosa, eficiente e transparente dos recursos públicos com vista a satisfazer as necessidades de interesse público e promover o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento harmonioso e sustentável do País.



Ficha Técnica:

Director Geral: Augusto Sumburane

Directores Gerais - Adjuntos: Jacinto Muchine e Tricamo Tajú

Editora: Janeth Cristina Hamela

Redactores: Janeth Cristina Hamela, Euclides Matavata e Esmeralda Francisco

Revisão: Dr. Augusto Sumburane

DISP.REGº/GABINFO-JULHO/2011